



**Concurso Público para provimento de cargos de
Profissional de Serviços Técnicos
Técnico em Segurança do Trabalho**

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova '53', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

P R O V A

**Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Português**

Atenção: As questões de números 1 a 8 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Como declaração de princípios que é, a Declaração Universal dos Direitos Humanos não cria obrigações legais aos Estados, salvo se as respectivas Constituições estabelecem que os direitos fundamentais e as liberdades nelas reconhecidos serão interpretados de acordo com a Declaração. Todos sabemos, porém, que esse reconhecimento formal pode acabar por ser desvirtuado ou mesmo denegado na ação política, na gestão econômica e na realidade social. A Declaração Universal é geralmente considerada pelos poderes econômicos e pelos poderes políticos, mesmo quando presumem de democráticos, como um documento cuja importância não vai muito além do grau de boa consciência que lhes proporcione.

Nesses cinquenta anos não parece que os governos tenham feito pelos direitos humanos tudo aquilo a que, moralmente, quando não por força da lei, estavam obrigados. As injustiças multiplicam-se no mundo, as desigualdades agravam-se, a ignorância cresce, a miséria alastra. A mesma esquizofrênica humanidade que é capaz de enviar instrumentos a um planeta para estudar a composição das suas rochas assiste indiferente à morte de milhões de pessoas pela fome. Chega-se mais facilmente a Marte neste tempo do que ao nosso próprio semelhante.

Alguém não anda a cumprir o seu dever. Não andam a cumpri-lo os governos, seja porque não sabem, seja porque não podem, seja porque não querem. Ou porque não lho permitem os que efetivamente governam, as empresas multinacionais e pluricontinentais cujo poder, absolutamente não democrático, reduziu a uma casca sem conteúdo o que ainda restava de ideal de democracia. Mas também não estão a cumprir o seu dever os cidadãos que somos. Foi-nos proposta uma Declaração Universal dos Direitos Humanos e com isso julgamos ter tudo, sem repararmos que nenhuns direitos poderão subsistir sem a simetria dos deveres que lhes correspondem, o primeiro dos quais será exigir que esses direitos sejam não só reconhecidos, mas também respeitados e satisfeitos. Não é de esperar que os governos façam nos próximos cinquenta anos o que não fizeram nestes que comemoramos. Tomemos, então, nós, cidadãos comuns, a palavra e a iniciativa. Com a mesma veemência e a mesma força com que reivindicamos os nossos direitos, reivindicamos também o dever dos nossos deveres. Talvez o mundo possa começar a tornar-se um pouco melhor.

(Trecho do discurso de José Saramago no banquete de encerramento da entrega do Prémio Nobel, em 10 de dezembro de 1998. Transcrição segundo as normas brasileiras de ortografia.)

1. No texto, o autor
- (A) detém-se na história da elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento importante para a afirmação dos direitos e liberdades fundamentais do homem.
 - (B) relata as dificuldades encontradas em alguns países e regiões como justificativa para o fato de que os princípios da Declaração Universal ainda não estejam sendo respeitados integralmente.
 - (C) defende o respeito que deve merecer uma Constituição, como norma legal maior em cada Estado, para nortear toda possível ação política e até mesmo econômica.
 - (D) reconhece o esforço empreendido por governos, mesmo os não democráticos, no sentido de respeitar integralmente os postulados da Declaração Universal dos Direitos Humanos.
 - (E) aponta a necessidade de participação de toda a sociedade, em todos os países, na aplicação efetiva dos princípios constantes da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

2. A ideia principal do texto está voltada para
- (A) o exato cumprimento de todos os deveres instituídos na Declaração Universal, como contrapartida aos direitos.
 - (B) a busca de um mundo mais justo para todos, sem grandes desigualdades econômicas e sociais.
 - (C) a exigência de que os governantes incluam os termos da Declaração Universal na Constituição de seus países.
 - (D) o reconhecimento da democracia como forma ideal de governo, por permitir liberdade de ação.
 - (E) a evolução tecnológica, que permitiu a exploração espacial nos cinquenta anos de vigência da Declaração Universal.

3. ... as empresas multinacionais e pluricontinentais cujo poder, absolutamente não democrático, reduziu a uma casca sem conteúdo o que ainda restava de ideal de democracia. (3^a parágrafo)

O segmento grifado acima denota, no contexto,

- (A) opinião pessoal.
- (B) hipótese a ser comprovada.
- (C) argumento dispensável.
- (D) desejo a ser realizado.
- (E) constatação baseada em dados.

4. ... cuja importância não vai muito além do grau de boa consciência que lhes proporcione. (final do 1^o parágrafo)

O pronome grifado acima evita a repetição, no contexto, da expressão:

- (A) às respectivas Constituições.
- (B) aos princípios da Declaração.
- (C) aos poderes econômicos e políticos.
- (D) aos direitos fundamentais e liberdades.
- (E) às obrigações impostas por leis.



5. *Chega-se mais facilmente a Marte neste tempo do que ao nosso próprio semelhante.* (final do 2º parágrafo)

Considerado o contexto, o sentido da afirmativa acima pode ser corretamente resumido por:

- (A) irresponsabilidade e desrespeito.
- (B) curiosidade e reconhecimento.
- (C) injustiça social e imoralidade.
- (D) distanciamento e indiferença.
- (E) capacidade tecnológica e ousadia.

6. ... que os direitos fundamentais e as liberdades nelas reconhecidos serão interpretados de acordo com a Declaração. (1º parágrafo)

O verbo que admite a mesma transposição que aparece grifada acima está também grifado na frase:

- (A) ... a Declaração Universal dos Direitos Humanos não cria obrigações legais aos Estados ...
- (B) ... cuja importância não vai muito além do grau de boa consciência ...
- (C) ... a ignorância crece ...
- (D) ... que ainda restava de ideal de democracia.
- (E) ... os cidadãos que somos.

7. A mesma relação que se observa quanto à flexão das formas verbais **reivindicamos** e **reivindiquemos** (3º parágrafo) está no par:

- (A) façam - fizeram
- (B) sabemos - sabem
- (C) podem - poderão
- (D) anda - andam
- (E) pode - possa

8. *A Declaração Universal é geralmente considerada pelos poderes econômicos e pelos poderes políticos, mesmo quando presumem de democráticos, como um documento cuja importância não vai muito além do grau de boa consciência que lhes proporcione.* (1º parágrafo)

O sentido da afirmativa acima encontra-se corretamente resumido, com a devida clareza, em:

- (A) Poderes econômicos e poderes políticos apresentam interesses divergentes sobre a verdadeira eficácia da Declaração Universal.
- (B) Uma preocupação democrática de poderes econômicos deve estar atrelada à importância política da Declaração Universal.
- (C) Até mesmo em regimes democráticos, o respeito à Declaração Universal não se traduz em ações concretas de afirmação dos seus princípios.
- (D) Considera-se a Declaração Universal um documento democrático, mesmo em regimes menos conscientes de seus poderes.
- (E) O grau de aceitação da importância da Declaração Universal depende das vantagens concedidas pelos poderes econômicos e políticos.

- Atenção:** As questões de números 9 a 15 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Há um preconceito enraizado contra a livre expressão das emoções na cultura ocidental. Quem demonstra angústia, raiva, alegria excessiva ou medo, tanto no trabalho quanto na vida pessoal, é considerado passional, irracional, frágil e despreparado para enfrentar a realidade da vida. É aquele que não aprendeu a dominar seus sentimentos e a desenvolver aquilo que nos diferencia dos animais: a racionalidade. Hoje, fala-se muito em inteligência emocional, mas nem todos entendem seu real significado. Não se trata de adestrar o comportamento e suprimir os impulsos para atingir objetivos, mas identificar e aceitar a manifestação das emoções mais primárias, inclusive as desconfortáveis.

A apologia à racionalidade ignora o poder dos sentimentos. Pesquisas recentes, no entanto, comprovam a importância do reconhecimento e da expressão das emoções – até as negativas. Um estudo realizado nos Estados Unidos defende que as emoções podem ser mais confiáveis do que a razão nos momentos de decisão. São elas que levam o indivíduo à ação, permitem sonhar, possibilitam o afeto, a generosidade e conduzem o mundo às grandes mudanças ideológicas.

Há uma certa unanimidade sobre os benefícios da expressão de emoções positivas, como felicidade, amor, alegria, prazer, entusiasmo. Mas, quando se fala em raiva, ódio, angústia, mágoa, ressentimento, há um consenso explícito de que essas emoções devem ser escondidas, evitadas. As pesquisas estão derrubando essa crença e os psicólogos afirmam que as emoções negativas têm o seu valor. O local de trabalho costuma ser visto como o ambiente menos propício para manifestar sentimentos. "A estratégia das organizações de fixar metas e objetivos para os funcionários criou uma disciplina de comportamento que condena a expressão das emoções individuais", avalia Antônio Valverde, professor de filosofia da PUC-SP. "Por isso, há tanta monotonia, pouca solidariedade e escassa criatividade nas empresas."

(Adaptado de Isto é, 25 de março de 2009, p.65-67)

9. A afirmativa que traduz corretamente o sentido do texto é:
- (A) Pessoas dominadas por sentimentos negativos demonstram sua fragilidade emocional, comprometendo o andamento da rotina de trabalho.
 - (B) Segundo pesquisadores, a manifestação de sentimentos, positivos ou negativos, é o que torna agradável um ambiente de trabalho.
 - (C) Apesar das descobertas feitas por pesquisadores, são as atitudes racionais na rotina de trabalho que garantem sua eficácia.
 - (D) Pesquisas revelam o benefício da manifestação dos sentimentos, positivos e negativos, na vida pessoal e profissional.
 - (E) A livre expressão de sentimentos, especialmente daqueles considerados negativos, prejudica a harmonia necessária ao local de trabalho.



10. É correto inferir do texto que
- (A) pesquisadores valorizam a livre manifestação de sentimentos negativos nas empresas, no intuito de melhorar o relacionamento no ambiente de trabalho.
 - (B) o conceito de inteligência emocional abrange o conhecimento das próprias emoções e a aceitação de como elas podem vir a manifestar-se.
 - (C) um comportamento racional caracteriza as melhores atitudes humanas, a partir de um amplo domínio que se estabelece sobre as emoções, suprimindo-as.
 - (D) emoções individuais devem ser desconsideradas quando se fixam as metas e os objetivos determinantes para o trabalho em uma empresa.
 - (E) pesquisas confirmam o consenso geral de que os sentimentos negativos, além de prejudicar as pessoas que os manifestam, prejudicam o ambiente de trabalho.
11. ... e a desenvolver aquilo que nos diferencia dos animais: a racionalidade. (1º parágrafo)
- Os dois-pontos assinalam, considerando-se o contexto,
- (A) restrição.
 - (B) condição.
 - (C) especificação.
 - (D) finalidade.
 - (E) retificação.
12. ... mas nem todos entendem seu real significado. (1º parágrafo)
- O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está também grifado em:
- (A) A manifestação de emoções positivas é geralmente bem aceita em qualquer ambiente.
 - (B) Estudos recentes aludem à importância das emoções, sejam elas positivas ou negativas, na vida pessoal e profissional.
 - (C) O local de trabalho nem sempre se torna propício à manifestação das próprias emoções.
 - (D) Pesquisadores revelaram a existência de preconceitos enraizados contra a manifestação de emoções.
 - (E) A pesquisa tratava da valorização de sentimentos até então vistos como negativos no ambiente de trabalho.
13. A concordância verbal e nominal está inteiramente correta na frase:
- (A) De modo geral, considera-se despreparado as pessoas que demonstram emoções vistas como negativas pela sociedade.
 - (B) Os sentimentos positivos são valorizados, enquanto se evitam aqueles que exprimem aspectos negativos.
 - (C) É fundamental para o equilíbrio psicológico as manifestações emocionais tanto no ambiente familiar quanto no trabalho.
 - (D) No trabalho, parece ser mais criativos aqueles que conseguem exprimir seus sentimentos, seja eles bons, seja eles maus.
 - (E) Pessoas que se deixam levar pela racionalidade pode perder boas oportunidades, quer na vida pessoal quer no trabalho.
14. *Toda profissão lida com relações entre pessoas. As emoções podem trazer alternativas para a solução de problemas. Problemas surgem no trabalho. Profissionais devem mostrar suas emoções.*
- As frases acima estão organizadas em um único período, com correção, clareza e lógica, em:
- (A) Como toda profissão lida com relações entre pessoas, os profissionais devem mostrar suas emoções, pois elas podem trazer alternativas para a solução de problemas que surgem no trabalho.
 - (B) Quando problemas surgem no trabalho, os profissionais devem mostrar suas emoções na relação profissional entre pessoas, onde as emoções podem trazer alternativas para a solução desses problemas.
 - (C) Os profissionais devem mostrar suas emoções, por que toda profissão, lida com relações entre pessoas e elas trazem alternativas para a solução de problemas surgidos no trabalho.
 - (D) As emoções trazem alternativas para a solução de problemas quando surgem no trabalho, de que os profissionais devem mostrar suas emoções, porque toda profissão lida com relações entre pessoas.
 - (E) Para os problemas surgidos no trabalho, os profissionais devem mostrar suas emoções em que toda profissão lida com relações entre pessoas, podendo trazer alternativas para a solução de problemas.
15. **Para que servem as emoções?**
- I. Preparam nosso organismo para criar um impulso à ação diante de situações vitais relevantes para a sobrevivência individual e da espécie.
 - II. Energizam e ampliam outras funções psicológicas, como o pensamento, a vontade, a imaginação, o sonho e até mesmo outras emoções.
 - III. Mantêm a saúde física. A sua expressão plena permite ao organismo regular-se automaticamente.
 - IV. Provocam mudanças psicológicas e impulsionam o desenvolvimento da personalidade individual e da espécie.
 - V. Permitem a comunicação interpessoal, a manutenção das relações íntimas e a interação social, pilares da vida em comunidade.
- (Adaptado de **Solte Suas Emoções. Isto é**, Ano 32, n.2054. 2009)
- Considerando-se o quadro e o texto, a afirmativa INCORRETA é:
- (A) As emoções constituem importantes ferramentas em situações de tomada de decisões pessoais, como consta em I.
 - (B) As alterações psicológicas provocadas pelas emoções (IV) permitem desempenho eficaz nas atividades de trabalho, inerentes à área de atuação.
 - (C) As expressões constantes em II e V podem ser entendidas como criatividade na vida pessoal e no trabalho, além de relacionamento interpessoal.
 - (D) As "situações vitais relevantes" (I) podem ser equiparadas às situações que surgem naturalmente no andamento de um processo de negociação em área de interesse do trabalho.
 - (E) A "expressão plena" das emoções no ambiente de trabalho, em especial a daquelas consideradas negativas, impedem a adequada visão estratégica dos problemas de uma empresa (III).

**Legislação**

16. A autorização para a transferência de ações e créditos que a União venha a ter e de bens necessários e úteis ao funcionamento da INFRAERO é concedida pelo
- (A) B.N.D.E.S. (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).
- (B) Tribunal de Contas da União.
- (C) Poder Legislativo.
- (D) Poder Executivo.
- (E) Ministério Público Federal.
17. O exercício das atribuições da Agência Nacional da Aviação Civil, na esfera internacional, dar-se-á em coordenação com o
- (A) Conselho de Aviação Civil.
- (B) Superintendente da Polícia Federal.
- (C) Ministério das Relações Exteriores.
- (D) Comando da Aeronáutica.
- (E) Ministério da Defesa.
18. No caso da Agência Nacional da Aviação Civil necessitar de suporte técnico da aeronáutica, o órgão que prestará os serviços será
- (A) o sistema de suporte de aviação civil, com ônus limitado, durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias.
- (B) o Comando da Aeronáutica, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável por mais 60 (sessenta) dias.
- (C) o Conselho da Aeronáutica, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável por mais 30 (trinta) dias.
- (D) a INFRAERO, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável por igual período.
- (E) o Comando da Aeronáutica, com ônus limitado, durante 180 (cento e oitenta) dias.
19. Conforme determina a lei, quando uma aeronave é detida, apreendida ou interdita, satisfeitas as exigências legais, será liberada
- (A) com o plano de voo liberado, após anuência formal da DAAC-Superintendência de Administração Geral da INFRAERO.
- (B) dois dias após o cumprimento das exigências.
- (C) pelo Comandante da aeronave e autoridades da INFRAERO.
- (D) imediatamente.
- (E) após autorização formal do Conselho de Aviação Civil.
20. Uma aeronave no Aeroporto, já no pátio de estacionamento, foi vistoriada por autoridade aeronáutica, ficando interdita após constatação de irregularidades. Terá ela o direito de funcionar
- (A) somente para efeitos de manutenção.
- (B) após anuência da autoridade aeronáutica responsável pela manutenção.
- (C) somente com autorização formal da INFRAERO e para fins de manutenção.
- (D) com autorização da Agência Nacional de Aviação Civil e para efeitos de manutenção.
- (E) após licença específica da INFRAERO e da autoridade aeronáutica responsável pela manutenção.
21. A empresa "Aéreas dos Sulinas" obriga-se a ceder à empresa "Viação Aérea Nordeste", por tempo determinado, o uso e gozo da aeronave PS-PIC, assim como de seus motores, cuja identificação consta no local próprio, tudo mediante certa retribuição. Essa hipótese, em conformidade com o Código Brasileiro de Aeronáutica, diz respeito ao contrato de
- (A) *leasing*.
- (B) concessão de direito real de uso.
- (C) depósito voluntário.
- (D) fretamento.
- (E) arrendamento.
22. A Empresa "ZZZ Linhas Aéreas" deverá providenciar instrutores estrangeiros na falta de tripulantes brasileiros. Em conformidade com o Código Brasileiro de Aeronáutica, é certo que fica a cargo do juízo aeronáutico admitir, por período provisório, instrutores estrangeiros. O período de vigência do contrato desses instrutores NÃO poderá exceder o prazo de
- (A) 12 (doze) meses.
- (B) 6 (seis) meses.
- (C) 18 (dezoito) meses.
- (D) 16 (dezesesseis) meses.
- (E) 10 (dez) meses.
23. Por circunstâncias de segurança de voo, o comandante pode autorizar o alijamento de uma carga aduaneira controlada. Ao término da viagem, registrará
- (A) no Plano de Voo, e notificará a INFRAERO e a autoridade aeronáutica.
- (B) no Livro de Bordo e cientificará a autoridade aduaneira, bem como a autoridade aeronáutica.
- (C) no Diário de Bordo e comunicará a autoridade fazendária, bem como a autoridade aeronáutica.
- (D) no Livro de Bordo e reportará à autoridade fazendária e à autoridade aeronáutica.
- (E) na notificação de voo, e comunicará à INFRAERO e à Polícia Federal.



24. Tem competência legal para intervir nas empresas concessionárias ou autorizadas, cuja situação operacional, financeira ou econômica ameace a continuidade dos serviços, a eficiência ou a segurança do transporte aéreo, o
- (A) Conselho de Aviação Civil, exclusivamente.
(B) Poder Judiciário, exclusivamente.
(C) Tribunal de Contas da União.
(D) Poder Executivo.
(E) mínimo de duas empresas de transporte aéreo.
25. A licença concedida pela autoridade aeronáutica, na forma de regulamentação específica, tem caráter
- (A) permanente.
(B) eventual.
(C) provisório.
(D) anual.
(E) semestral.
26. A inexecução total do contrato celebrado com a empresa "ABCD Ltda." para a prestação de serviços de limpeza e manutenção de todas as dependências dos aeroportos localizados no âmbito da Superintendência Regional do Nordeste, acarretando gravosos prejuízos à INFRAERO, culminou com a proposta de ser aplicada àquela empresa a pena de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Para a aplicação dessa penalidade a competência é exclusivamente do
- (A) Presidente da INFRAERO.
(B) Ministro de Estado competente.
(C) Superintendente de Licitações e Contratos.
(D) Presidente da Agência Nacional da Aviação Civil.
(E) Diretor Administrativo da INFRAERO.
27. É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço,
- (A) independentemente do valor da contratação, condição esta que será aplicável apenas para as contratações decorrentes de licitações do tipo "melhor técnica" ou "técnica e preço".
(B) nas hipóteses de compras com entrega parcelada, cujo valor contratual não ultrapasse 50% do maior valor estabelecido para a modalidade de concorrência destinada à contratação de obras e serviços de engenharia.
(C) a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.
(D) apenas nos casos de contratações originárias de licitações na modalidade de convite ou de tomada de preços, independentemente do valor do contrato.
(E) observado o valor máximo estabelecido no edital para a contratação, quando esta for originária de licitação na modalidade de tomada de preços ou concurso.
28. Em procedimento licitatório promovido pela INFRAERO para a prestação de serviços de limpeza em geral, verificou-se que todos os licitantes foram considerados inabilitados. Nesse caso, a INFRAERO
- (A) deverá convidar, no prazo de 3 (três) dias, os licitantes e demais interessados para apresentarem propostas livres das falhas que deram origem à inabilitação, independentemente da modalidade de licitação.
(B) poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para apresentação de nova documentação escoimada das causas motivadoras da inabilitação, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis.
(C) adotará as providências necessárias para que os licitantes, no prazo de 48 horas, providenciem adequar a documentação às exigências constantes no ato convocatório.
(D) deverá realizar nova licitação, amoldando as exigências para habilitação àquelas constantes na documentação apresentada pelos licitantes inabilitados.
(E) estará dotada do poder discricionário para convocar todos os licitantes, habilitados ou não, a fim de apresentarem novas propostas no prazo a ser fixado no ato convocatório.
29. No processo administrativo que tramita junto à INFRAERO, tendo como requerente a empresa "Lumina e Marca Ltda.", esta deverá estar ciente de que, quando dados, atuações ou documentos solicitados à interessada forem necessários para apreciação de pedido formulado, o não atendimento no prazo fixado pela Administração para a respectiva apresentação implicará
- (A) indeferimento do pedido, sem possibilidade de posterior apreciação.
(B) decisão de mérito no estado em que se encontrar o processo.
(C) realização de diligências para suprir os elementos requisitados.
(D) arquivamento do processo.
(E) submissão do processo à consideração do respectivo Ministro de Estado para decisão final.
30. No processo administrativo instaurado pela INFRAERO face a "Comunicações Gerais Ltda.", por questões referentes ao não cumprimento de suas obrigações contratuais, o interessado interpôs recurso administrativo. Nesse caso, é certo que, se o recurso for interposto, dentre outras situações, em prazo extemporâneo ou por quem não seja legitimado, ele
- (A) poderá ser enviado à autoridade competente para determinar a realização de diligências.
(B) será indeferido sem exame de mérito.
(C) será julgado improcedente, com exame de mérito.
(D) será devolvido ao interessado para as devidas adequações.
(E) não será conhecido.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Instruções: Para responder às questões de números 31 a 35 considere os dados abaixo.

A Diretoria de um certo órgão público determinou a execução das seguintes tarefas:

Item	Tarefa
I.	Utilizar um aplicativo processado em um equipamento servidor alocado no ambiente intranet do órgão, de forma a manter as informações compartilháveis. Essas informações visam facilitar o trabalho em equipe. Um exemplo de conteúdo de um ambiente deste tipo, entre outros, seria um arquivo com a tabela de horários de voo, acessível e modificável por todos os que tenham autoridade para tal. A cada modificação é salva uma versão mais atual do documento.
II.	Tomar medidas de precaução para que os equipamentos conectados à internet não sofram invasões (<i>hackers</i>) que possam culminar com o roubo de conteúdo informacional, por exemplo.
III.	Tomar medidas para garantir a salvaguarda dos dados porque a perda de informações históricas sobre os movimentos de origem e destino nos aeroportos do Brasil, por exemplo, pode levar ao fracasso todas as possibilidades de obtenção de dados estatísticos.
IV.	Adotar alguns conectores que aceitem entradas diferenciadas para <i>mouse</i> em vista da heterogeneidade dos microcomputadores instalados no órgão.
V.	Criar e publicar uma planilha eletrônica (<i>Microsoft</i>) que contenha 3 colunas (formato hora) contendo Hora Início do Voo (coluna A), Hora Chegada do Voo (coluna B) e Duração do Voo (coluna C). O cálculo da duração do voo deverá ser feito pelo aplicativo. Para isso deverá ser criada uma fórmula na célula C1 e propagada a todas as linhas da planilha na coluna C. A tabela é diária, iniciando às 0:00 hs. e terminando às 24:00 hs. de cada dia. O cabeçalho da tabela conterá a data, o número do voo e a identificação da companhia aérea.

31. A determinação da tarefa I indica uma recomendação para uso de

- (A) comércio eletrônico.
- (B) intranet móvel.
- (C) portal de colaboração.
- (D) portal do cidadão.
- (E) correio eletrônico.

32. No que diz respeito à tarefa II, uma das medidas eficazes, pertinentes e coerentes é

- (A) processar antivírus.
- (B) o uso de *firewall*.
- (C) o uso de *wireless*.
- (D) estabelecer *boot* remoto.
- (E) bloquear todos os acessos.

33. Na tarefa III, a preocupação da direção da empresa mostra a necessidade de

- (A) manter apenas os dados de origem e destino atualizados em um *hard disk* central.
- (B) processar os *backups* semanalmente.
- (C) identificar as causas das perdas de dados.
- (D) estabelecer políticas de *backup e restauração*.
- (E) manter todos os dados atualizados em um *hard disk* central.

34. Alguns dos conectores possíveis, para a tarefa IV, são

- (A) serial e PS/2, somente.
- (B) USB e serial, somente.
- (C) USB e PS/2, somente.
- (D) serial e *wireless*, somente.
- (E) USB, serial, PS/2 e *wireless*.

35. A fórmula em C1, da tarefa V, é

- (A) =B1-A1.
- (B) =A1-B1.
- (C) =HORA(B)-HORA(A).
- (D) =HORA(A)-HORA(B).
- (E) =HORA(B-A).



36. De acordo com a norma de Serviços Especializados em Engenharia e em Medicina do Trabalho, a empresa poderá constituir SESMT centralizado dimensionando-o em função do total de empregados e do risco para atender a um conjunto de estabelecimentos pertencentes a ela. Esta centralização somente será possível se a distância percorrida entre o local de implantação do serviço e cada um dos demais pontos não ultrapasse a
- (A) 5.000 metros.
 - (B) 4.500 metros.
 - (C) 8.000 metros.
 - (D) 4.000 metros.
 - (E) 10.000 metros.
37. Em relação ao processo de eleição dos membros de uma CIPA, é correto afirmar:
- (A) Compete aos empregados a convocação de eleições para escolha de seus representantes, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias antes do término do mandato em curso.
 - (B) Compete ao empregador convocar eleições para escolha dos representantes dos empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias antes do término do mandato em curso.
 - (C) Compete aos empregados a convocação de eleições para escolha de seus representantes, no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antes do término do mandato em curso.
 - (D) Compete ao empregador convocar eleições para escolha dos representantes dos empregados, no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antes do término do mandato em curso.
 - (E) Compete aos membros da CIPA convocar eleições para escolha dos representantes dos empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias antes do término do mandato em curso.
38. Segundo Disposições Gerais da Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho, cabe ao empregado
- (A) cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança do trabalho.
 - (B) especificar os equipamentos de proteção pessoal juntamente com o técnico de segurança do trabalho.
 - (C) submeter-se aos exames médicos previstos nas Normas Regulamentadoras.
 - (D) definir atos inseguros para o desempenho do trabalho.
 - (E) divulgar as obrigações e proibições referentes às Normas Regulamentadoras.
39. A legislação nacional que regulamenta os equipamentos de proteção individual estabelece que, para efeito de comercialização, os certificados de aprovação concedidos para esses equipamentos terão uma determinada validade. Acerca da validade desses certificados é correto afirmar:
- (A) Para aqueles equipamentos com laudos em ensaios que não tenham sua conformidade avaliada no âmbito do SINMETRO o prazo é de 5 (cinco) anos.
 - (B) Para aqueles equipamentos com laudos em ensaios que não tenham sua conformidade avaliada no âmbito do SINMETRO o prazo é de 2 (dois) anos.
 - (C) Para aqueles equipamentos com laudos em ensaios que tenham sua conformidade avaliada no âmbito do SINMETRO o prazo é de 5 (cinco) anos.
 - (D) Para aqueles equipamentos com laudos em ensaios que tenham sua conformidade avaliada no âmbito do SINMETRO o prazo é de 2 (dois) anos.
 - (E) Para quando não existirem normas técnicas nacionais ou internacionais o prazo é de 5 (cinco) anos.
40. Segundo o disposto na Norma Regulamentadora do Programa de Proteção de Riscos Ambientais, a respeito da responsabilidade do empregador é correto afirmar que este deve
- (A) optar pelas orientações recomendadas pelo programa.
 - (B) colaborar e participar na implantação e execução do referido programa.
 - (C) estabelecer, implementar e assegurar o cumprimento do referido programa, como atividade permanente da empresa ou instituição.
 - (D) seguir as orientações recomendadas no PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.
 - (E) informar as ocorrências que, a seu julgamento, possam implicar riscos à saúde do trabalhador.
41. Segundo a NR-10, para que o trabalhador possa desempenhar atividades relacionadas com eletricidade é necessário
- (A) trabalhar somente com profissional habilitado na área e autorizado por órgão competente.
 - (B) possuir registro no competente conselho de classe.
 - (C) receber capacitação sob orientação e responsabilidade de profissional habilitado e autorizado.
 - (D) possuir mais de 6 meses de experiência comprovada, na área de atuação.
 - (E) comprovar conclusão de curso específico na área elétrica reconhecido pelo sistema oficial de ensino.
42. Utilizando processo manual para armazenamento e manuseio de materiais, a norma específica admite a utilização de escada removível de madeira, cujas características técnicas, com relação à largura mínima, às dimensões mínimas do patamar e à altura máxima em relação ao solo, respectivamente, devem ser:
- (A) 1,20 m; 1,20 m × 1,20 m e 2,25 m.
 - (B) 0,80 m; 0,80 m × 0,80 m e 2,25 m.
 - (C) 1,00 m; 1,00 m × 1,00 m e 1,80 m.
 - (D) 1,00 m; 1,00 m × 1,00 m e 2,25 m.
 - (E) 0,80 m; 0,80 m × 0,80 m e 2,00 m.



43. As áreas de circulação e os espaços em torno de máquinas e equipamentos devem ser dimensionados de forma que o material, os trabalhadores e os transportadores mecanizados possam movimentar-se com segurança. De acordo com a norma regulamentadora que trata desse assunto, o espaçamento mínimo entre eles poderá variar entre:
- (A) 0,50 m a 0,80 m.
 - (B) 0,60 m a 0,80 m.
 - (C) 0,50 m a 1,00 m.
 - (D) 0,60 m a 1,00 m.
 - (E) 0,60 m a 1,20 m.
44. Com relação às categorias das caldeiras, é correto afirmar que aquelas pertencentes à classe "C" apresentam pressão de operação com valor
- (A) inferior a 960 kPa.
 - (B) superior a 1.960 kPa.
 - (C) superior a 960 kPa.
 - (D) igual ou superior a 588 kPa.
 - (E) igual ou inferior a 588 kPa.
45. O limite de tolerância para exposição ao calor em área externa de trabalho, com carga solar, deverá ser calculado por meio do Índice de Bulbo Úmido Termômetro de Globo, cuja equação corresponde a:
- (A) $0,7 tbs + 0,1 tbn + 0,2 tg$
 - (B) $0,7 tbn + 0,3 tg$
 - (C) $0,7 tbn + 0,1 tbs$
 - (D) $0,7 tbn + 0,1 tbs + 0,2 tg$
 - (E) $0,7 tg + 0,1 tbs + 0,2 tg$
46. Em um escritório foi realizado um estudo sobre as condições ergonômicas do local, concluindo-se que os assentos não eram adequados aos trabalhadores. De acordo com a Norma Regulamentadora sobre ergonomia, todos os requisitos exigidos pela norma para a correção desses assentos estão contemplados em:
- (A) altura fixa e suporte regulável para os pés.
 - (B) altura ajustável à estatura do trabalhador; inclinação até 30 graus; base do assento anatômico para facilitar a circulação sanguínea.
 - (C) altura compatível com o posto de trabalho; base deve ser moldada às características de cada trabalhador e possuir dispositivos que diminuam o atrito com o piso.
 - (D) o assento deve possuir características padronizadas para todos os postos de trabalho.
 - (E) altura ajustável à estatura do trabalhador e natureza do trabalho; características de pouca ou nenhuma conformação na base do assento; borda frontal arredondada; encosto com forma levemente adaptada ao corpo para proteção da região lombar.
47. Conforme disposto na legislação que trata das Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, os andaimes de madeira NÃO podem ser utilizados em obras com altura acima de
- (A) 3 pavimentos.
 - (B) 6 pavimentos.
 - (C) 4 pavimentos.
 - (D) 5 pavimentos.
 - (E) 2 pavimentos.
48. Um incêndio com classificação "A" está associado com os materiais:
- (A) motores, transformadores, quadros de distribuição e fios.
 - (B) óleo, graxas, vernizes, tintas e gasolina.
 - (C) magnésio, zircônio e titânio.
 - (D) tecido, madeira, papel e fibra.
 - (E) motores, fios, tintas e papel.
49. Uma indústria emprega 30 profissionais envolvidos em atividade considerada insalubre. Para atendimento da norma regulamentadora sobre condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho, a quantidade mínima de lavatórios exigíveis no conjunto de instalações sanitárias, próximos à área de execução das atividades, é de
- (A) 1 lavatório.
 - (B) 5 lavatórios.
 - (C) 2 lavatórios.
 - (D) 4 lavatórios.
 - (E) 3 lavatórios.
50. De acordo com a NR sobre sinalização de segurança, as portas e aberturas que dão acesso a locais onde se manipulam ou armazenam materiais radioativos devem ser sinalizadas com a cor
- (A) preta.
 - (B) púrpura.
 - (C) amarela.
 - (D) vermelha.
 - (E) azul.
51. Com o objetivo de evitar acidentes em edifícios onde existem rampas, escadas e corredores, a norma sobre edificações recomenda a utilização de
- (A) uso de calçados antiderrapantes.
 - (B) sinalizações na cor laranja, informando sobre o risco.
 - (C) materiais ou processos antiderrapantes.
 - (D) materiais antiderrapantes juntamente com aviso utilizando a cor vermelha.
 - (E) sinalizações nas paredes alertando sobre o risco de queda da própria altura.



52. Ao segurado da previdência social que ficar incapacitado para o trabalho por um determinado período de tempo, em consequência de um acidente de trabalho, é devido um benefício previdenciário denominado Auxílio
- (A) Doença.
(B) Acidente.
(C) de Inatividade.
(D) Complementar.
(E) Saúde.
53. A reabertura da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) deve ser preenchida quando houver
- (A) doença profissional.
(B) afastamento por agravamento da lesão.
(C) acidente de trabalho típico.
(D) doença do trabalho.
(E) acidente de trabalho de trajeto.
54. Em uma indústria foram trabalhadas 200.000 horas/homem durante um ano. Neste período ocorreram 15 acidentes com perda de tempo. Com base nessas informações, a taxa de frequência foi de
- (A) 50,00.
(B) 95,00.
(C) 75,00.
(D) 90,00.
(E) 85,00.
55. Em um determinado aeroporto são executadas atividades e operações perigosas relacionadas com a manipulação de produtos inflamáveis, cujo risco confere ao trabalhador um adicional de 30%. NÃO se enquadra, para a possível percepção do referido adicional, a atividade de
- (A) carga e descarga de vasilhames contendo inflamáveis líquidos.
(B) abastecimento de aeronaves.
(C) armazenamento de vasilhames que contenham inflamáveis líquidos ou vazios não desgaseificados.
(D) movimentação de tanques inflamáveis líquidos.
(E) transporte de até o limite de 200 (duzentos) litros para inflamáveis líquidos e de 135 (cento e trinta e cinco) quilos para os inflamáveis gasosos liquefeitos.
56. A aposentadoria especial será devida ao segurado que, uma vez cumprida a carência exigida por lei, tiver trabalhado:
- (A) 20 (vinte), 25 (vinte e cinco) ou 30 (trinta) anos, conforme a atividade profissional, sujeito a condições que prejudiquem a saúde e ou a integridade física.
(B) 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme a atividade profissional, sujeito a condições que prejudiquem a saúde ou a integridade física.
(C) 25 (vinte e cinco), 30 (trinta) ou 35 (trinta e cinco) anos, conforme a atividade profissional, sujeito a condições que prejudiquem a saúde e ou a integridade física.
(D) 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos em qualquer atividade profissional estressante.
(E) 20 (vinte), 25 (vinte e cinco) ou 30 (trinta) anos em qualquer atividade profissional estressante.
57. A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes tem como objetivo prevenir acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador. De acordo com a NR-5, com relação às atribuições da CIPA, é correto
- (A) elaborar plano de trabalho que possibilite a ação preventiva na solução de problemas técnicos e operacionais da empresa.
(B) elaborar plano de trabalho que possibilite a ação corretiva na solução de problemas operacionais.
(C) requerer ao SESMT, quando houver, ou ao empregador, a paralisação de máquinas ou setor onde se considere haver risco grave e iminente à segurança e saúde dos trabalhadores.
(D) participar semestralmente, em conjunto com a empresa, de campanhas de prevenção da AIDS.
(E) promover, a cada seis meses, a SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho).
58. Após a cessação do benefício da Previdência Social, o segurado que sofreu acidente de trabalho tem garantida a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa por um período mínimo de
- (A) 6 (seis) meses.
(B) 12 (doze) meses.
(C) 18 (dezoito) meses.
(D) 9 (nove) meses.
(E) 24 (vinte e quatro) meses.
59. São fatores de acidente de trabalho:
- (A) ato inseguro, agente físico, condição insegura, ato inseguro e fator pessoal inseguro.
(B) agente físico, condição insegura, agente da lesão, tipo de acidente e fator pessoal inseguro.
(C) agentes mecânicos, agentes da lesão, condição insegura, tipo de acidente, fator pessoal inseguro.
(D) agente da lesão, condição insegura, tipo de acidente, ato inseguro e fator pessoal inseguro.
(E) agente da lesão, agente físico, condição insegura, fator pessoal inseguro e agentes mecânicos.
60. O beneficiário do auxílio-doença perceberá um valor mensal correspondente a
- (A) 91% (noventa e um por cento) do salário de benefício.
(B) 60% (sessenta por cento) do salário de benefício.
(C) 70% (setenta por cento) do salário de benefício.
(D) 50% (cinquenta por cento) do salário de benefício.
(E) 81% (oitenta e um por cento) do salário de benefício.